

“Não fazer o autor ser lido é uma forma de matá-lo. Os dois pontos mais achatados no país foram a livraria e a biblioteca.”

Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 10 de junho de 2010, em São Paulo.

Formada em geologia, Mileide Flores descobriu a paixão pela ciência lendo Julio Verne. Nascida em família de livreiros, no Ceará, para ela livrarias vão além do comércio. “É um espaço em que você harmoniza o seu futuro, talvez a sua vida.” Flores é integrante da Comissão Nacional em Defesa do Livro e é curadora da Bienal Internacional do Livro, no Ceará. Em abril de 2010, a bienal teve sua 11ª edição com uma homenagem à escritora cearense Rachel de Queiroz. “A bienal tem um foco muito grande no debate. Temos um espaço de discussão, um espaço para conhecer o escritor, o que é muito importante para as pessoas e para as crianças perceberem que o autor existe de fato.”

Mileide Flores cobra uma política para formar leitores em vista do precário incentivo cultural brasileiro. “Nós temos uma população não leitora – aquela que lê, mas não entende – muito grande. Temos uma dívida social alta com essas pessoas.” Ela também considera que as editoras se despreocuparam com a formação de público. “O editor não vê o livreiro como parceiro. Falta perceber que cada um tem uma função dentro nessa cadeia.”

Nos anos 70, a proliferação de obras didáticas e religiosas possibilitou que a comercialização de livros migrasse para mercados não especializados. Nesse cenário, matou-se a importância do livreiro, fonte da formação de leitores. “O livro, por si só, não faz leitor. O que faz leitor é quando acontece uma intermediação para que a pessoa leia.” Outro impeditivo para o estímulo da leitura é a forma como o produto livro é compreendido. “São poucos que o colocam na sua cesta básica de sobrevivência.” Mileide não esmorece, principalmente depois de se deparar, em sua livraria, com um analfabeto manuseando, maravilhado, livros de ponta cabeça. “Aprender a ler talvez seja a forma que essa pessoa imagine para mudar de estágio social.”

Mileide, o que é uma livraria para você?

Para mim, a livraria significa quase a história da minha família, no sentido emocional. A livraria, não só a nossa, é um espaço no qual você faz os seus encontros e também em que acontecem os desencontros. É um caminho para o crescimento, não só profissional, mas humano. Costumo falar que se o mundo fosse visto pelo binóculo da livraria, ele seria diferente, porque lá você tem os acervos que fazem ver as coisas de forma diferente. Para mim, a livraria não é só um espaço de venda de livro. É um espaço que você harmoniza o seu futuro, talvez a sua vida. Para mim, a livraria é tudo isso: mistura emoção e um pouco da nossa história. Somos livreiros há 54 anos.

Qual é a história da sua família com as livrarias?

A nossa livraria começou na Praça do Ferreira, em Fortaleza, no ano de 1956, como uma banca de revistas que vendia livros mais focados em literatura política. Com as perseguições dos anos 50 e 60, a livraria sofreu bastante. Meu tio, que foi o fundador, era comunista de carteirinha, foi perseguido e, junto com ele, a livraria. Passamos por muitas dificuldades e, na década de 70, acabamos nos especializando no que chamamos de livro didático. Mas o livro didático não dá prazer, não é algo para livreiro vender, é um aviamento de receita. A pessoa chega com uma receita do colégio, faz o aviamento dela e termina sendo um diálogo meio frio, muito comercial e cheio de tensões. Você não está atendendo o cliente leitor daquele livro, está atendendo um intermediário, os pais. Então, sinto que esse momento do livro didático fez com que a livraria perdesse suas características, apesar de ter sido uma maneira de mantê-la viva. Hoje, não trabalhamos mais com o didático, paramos de vender há sete anos e voltamos um pouco à origem, não só em acervo como em tamanho. Não voltamos a ser uma banca de livros, mas somos uma pequena livraria de bairro na cidade de Fortaleza.

No Brasil existem cidades com apenas uma livraria para cada 50 mil habitantes. Ainda há um número muito grande de excluídos. Como você vê isso após tantos anos trabalhando com livros?

Sempre analisei a questão do livro e da leitura sob uma ótica muito política. Não dar acesso foi, durante muito tempo, uma opção política no país. Há uma passagem no livro *A Conturbada História das Bibliotecas* [escrito por Mathew Battles, 2003] que fala da dinastia Qin, na China, na qual um dos seus imperadores dizia que para dominar um povo era preciso mantê-lo com fome e controlar seu impulso intelectual. Então, ele não mandava só queimar o livro e a plantação de arroz, mas também matava o escritor. Eu sempre analisei a ausência de livrarias no país sob essa ótica. Houve uma mudança de época, uma mudança de tempo, mas não houve uma mudança de pensamento. Não distribuir e não fazer o autor ser lido é uma forma de matá-lo. Os dois pontos que mais foram achatados no país foram esses: a livraria e a biblioteca.

Quando Jack Kerouac explode como escritor nos Estados Unidos, nos anos 50, Henry Miller escreve uma carta para ele dizendo: “Jack, se as pessoas temerem você, irão espancá-lo, matá-lo. Se temerem demais, irão silenciá-lo”. Não distribuir é isso, é o silenciar?

É calar a voz. Se voltar um pouco à história do livro no Ceará, vai perceber que ele entrou via França e Portugal, em um momento em que 90% da po-

pulação era de analfabetos. Nós estávamos construindo uma biblioteca que seria inaugurada sem livros – só o espaço – até que perceberam que para ter uma biblioteca era necessário ter livros, então fizeram uma campanha de doação. Hoje, nós temos a Biblioteca Pública do Estado do Ceará com o terceiro maior acervo nacional em obras raras. Mas, naquela época, os livros do estado iam para os três municípios onde moravam as famílias oligárquicas. Por isso, quando as pessoas dizem que a elite brasileira não lê, eu questiono. Ela lê o que ela quer ler, justamente para poder fazer o domínio da forma que ela quer. A ida desses livros para esses espaços manteve essas famílias no poder.

As políticas públicas dos últimos anos do governo foram muito baseadas na compra de livros para bibliotecas, no fortalecimento das editoras a partir de compras públicas, mas visando a biblioteca, não o mercado do livro como um todo. Ter a chance de possuir um livro é um fator de cidadania, um direito do cidadão?

É preciso associar o livro à leitura. Aliás, foi justamente a ausência de uma política para a leitura que transformou o livro apenas em um ato negocial, de compra e de venda. O governo é um grande comprador de livros, na maior parte dos casos de livros didáticos. E, para mim, livro didático é um formador de conteúdos superficial. Essa falta de percepção sobre o livro fez com que essa rede de vendas dominasse até as políticas educacionais. A Lei do Livro [Lei nº 10.753, que institui a Política Nacional do Livro] que o presidente Lula assinou estava escrita desde a década de 90, era um interesse político. Quase não há diferença entre editora, distribuidor e livraria – todos fazem praticamente tudo. É preciso delimitar ou esse mercado não será organizado. Na discussão da política do livro e no discurso da formação do cidadão, eu ainda não consigo identificar a função que se busca para o livro. Há dentro dessa política uma noção muito dura e intensa sobre a questão econômica do livro. As editoras são muito fortes, principalmente porque é um mercado em que a grande negociação passa pelo livro didático. E os livros de literatura, de arte ou fotografia ainda são poucos ou deixam muito a desejar. Apesar de toda essa campanha de uma biblioteca em cada município, você precisa ver como esse livro está chegando lá. O Plano Nacional do Livro de Leitura conseguiu um viés para a situação, mas precisamos de muito mais. Nós temos uma população não leitora – aquela que lê, mas não entende – muito grande. Temos uma dívida social alta com isso, com a própria caracterização de um povo cidadão,

como prevê a Constituição.

A biblioteca supre sozinha o acesso ao livro e à leitura, ou a posse do livro é também necessária, é também um direito?

É um direito. Eu sempre coloco a questão da livraria e da biblioteca como se elas fossem da mesma origem. A livraria se perdeu ao longo do tempo, principalmente nos anos 70, quando o livro didático entrou com força. A década de 70 foi quando mais se fechou livraria nesse país, e, a partir daí, houve um crescimento de dois tipos de livraria: a didática e a religiosa. E essas não precisavam do livreiro. Na didática, bastava alguém que soubesse ao menos o alfabeto para arrumar a prateleira em ordem alfabética de disciplina, porque não existia nenhuma relação de vínculo, nem com o livro, nem com a pessoa que estava ali o adquirindo. Isso afasta a figura do livreiro e causa um distanciamento do livro como leitura. Porque o livreiro é um mediador e o livro por si só não faz leitor. Não é como uma bola, por exemplo, que você entrega a qualquer pessoa, analfabeta ou não, e ela sai jogando, sabe o que fazer com ela. O livro, não. Ele precisa de algum conhecimento anterior e precisa de uma intermediação para que você abra e processe essa leitura. Esse é o ponto mais crucial da questão, é a falta dessa passagem. Abrir apenas uma biblioteca no interior, na capital, no bairro – ou abrir uma livraria sem o livreiro presente – pouco vai adiantar. É preciso um estímulo, porque o livro não está no dia a dia do consumo do brasileiro. Ainda são poucos que colocam em sua cesta básica de sobrevivência um livro, então ele precisa realmente dessa mediação que o apresente. A maioria das casas brasileiras não possui livros. E as que possuem, em grande parte, são para decoração. Quer dizer, o livro ainda está numa categoria de elite. Eu tenho o livro, eu possuo o livro, eu sou intelectual. E o outro que não possui, não pode comprar e nem tem uma biblioteca ao seu lado, se sente subtraído em relação a isso. Eu gosto da discussão sobre o livro porque ela passa por todas essas questões: educacionais, culturais, sociais e morais.

Você pode fazer todas essas transversalidades. Como você analisa o preço do livro no Brasil?

A grande maioria dos editores não percebe o livro enquanto leitura, está muito mais centrada na questão econômica da venda. Como nós temos um governo que adquire uma porcentagem altíssima do que é vendido no Brasil, então por que vou formar leitor se eu tenho a minha venda garantida? Isso foi o que mais dificultou a questão sobre o livro como leitura, como agente

social. E o livro, sob o ponto de vista também do editor e do livreiro, se tornou uma ferramenta de brigas, vamos dizer assim. O editor, hoje, não vê mais o livreiro como parceiro. O grande problema foi quando o livreiro percebeu que ele não era parceiro e também quis competir sendo editor – e ele não é. Então, essa falta de percepção do que cada um tinha como ação, como função dentro dessa cadeia, fez com que a população não percebesse mais a livraria. Hoje, uma das coisas que mais me irrita é quando eu digo: “Sou livreira”, e a pessoa pergunta: “O que é ser livreira?”. Ou então quando uma pessoa pergunta qual é a minha editora, depois de ver meu cartão de visitas de livraria. Então, em algumas regiões, ela não passa nem como uma casa de consumo de livros, não tem mais essa percepção social. Eu sou capaz de reconhecer a necessidade da sapataria, mas não da livraria, porque é um tipo de comércio.

A bienal de livros é uma instituição formadora de público?

Sim, mas também depende do tipo de bienal que é feita. Eu faço parte da comissão que coordena a Bienal do Ceará, que desde 2000 mudou totalmente o foco. Até 1998, era uma bienal de exposição de livros. Era uma bienal de editores, mas os grandes nunca apareciam, não conseguíamos fazer com que se deslocassem e acreditassem que iam vender livros em Fortaleza. Então mudamos o foco da bienal em 2000, começamos a fazer um evento temático. Na época, eu era presidente do Sindicato de Livrarias do Estado do Ceará. Fizemos uma bienal em que as grandes editoras estavam presentes por meio do mercado local. Essa era a forma da própria livraria local perceber que ela tinha que se modificar e das editoras perceberem que lá existia tanto o mercado livreiro como o mercado leitor. A população que frequenta a Bienal do Ceará gira em torno de 500 mil pessoas e esse número só não aumenta porque não aumentamos o espaço. Muitas delas não vão comprar livros, mas já percebem que aquilo é um parque de diversões. Isso faz com que as escolas e os alunos frequentem a bienal. Temos um projeto que se chama Notinha Legal, em que entregamos ao aluno de escola pública, de escolas comunitárias, de associações, de ONGs, um valor para que possa adquirir um livro. Porque também, só a visita escolar, sem que a criança tenha o poder de escolher um livro, é um pouco estranho. Além disso, há dois anos conseguimos fazer com que o governo do estado, dentro da política de formação continuada do professor leitor, destinasse uma verba para que o professor pudesse ir à bienal e adquirisse um livro de sua escolha, para sua formação profissional ou pessoal. A bienal não é só um espaço de exposição de livros, ela tem um foco muito grande no debate. Temos um espaço de discussão, um espaço para conhecer o escritor,

o que é muito importante para as pessoas e para as crianças perceberem que o autor existe de fato, não é só um nome. O Ceará passou por maus lençóis nos resultados de nível de leitura, na questão da educação. Eu acredito que isso contribuiu para que esses projetos, essas ações, fossem feitas. Tanto que existe uma expectativa muito grande em ver a próxima pesquisa, ver se realmente todas essas ações conjuntas estão dando resultado. A Bienal, além de seu espaço de exposição de livros, tem também um foco muito grande em debates, espaço para conhecer o escritor. É bom para que as crianças percebam o escritor não só como algo cujo nome está no texto, mas que ele existe de fato – se ainda não morreu. Na cabeça de muitos, pela própria adoção dos livros nessas escolas, parece que o escritor só tem o livro dele lançado depois que morre, no caso dos clássicos: Machado de Assis, José de Alencar. Que, aliás, são adotados como leitura de forma errada, são lidos para gerar ficha, tirar nota. Isso também contribuiu para essa geração não se formar leitora. Falo também por mim: sou de uma família leitora; se fosse pelo colégio, te juro, eu não abria um livro!

Sobre a escolha pessoal: quando você não dá um livro, mas uma nota para que a criança possa escolher, você estimula para que ela seja atraída à leitura, não é?

Justamente. Ela sai feliz! Existem colégios em que o professor junta as crianças da sala e diz assim: “Com isso aqui, dá para a gente comprar bons livros, vamos juntar a notinha de todo mundo, fazer a escolha e a gente lê coletivamente”. A brincadeira e a criatividade em torno de uma ação dessas são infinitas. Quando o professor é leitor, a relação professor-aluno faz diferença.

Como você tem visto a descentralização e a abrangência da cadeia produtiva do livro?

Essa é uma preocupação que já está posta. Faço parte do Fórum da Rede Nordeste do Livro e da Leitura, no qual a gente discute muito a questão da perda de identidade da população fora de alguns eixos. As características das linguagens regionais foram sendo perdidas, porque as linguagens passaram a ser universais. Por exemplo, as pipas, as pandorgas e os papagaios. Não sei mais qual região usa pipa, qual usa pandorga. Passamos a discutir por qual razão isso estava acontecendo e descobrimos que os autores que tinham uma linguagem mais regional não estavam sendo lidos. Os professores muitas vezes ensinavam usando um *best seller* ou autores de outras regiões, enquanto o autor local era totalmente desconhecido. Então, juntamos nove estados do

Nordeste e, com parceria do Ministério da Cultura, começamos a fazer fóruns de debate e de reivindicação de compras da produção regional por parte da Fundação Biblioteca Nacional. Nossa proposta é que 50% do acervo da Biblioteca Nacional dentro dos estados nordestinos seja de escolhas regionais. Antes de nossa articulação, essa porcentagem era 23%. As bibliotecas passaram a comprar e, dentro da estrutura de compra do estado para a sua biblioteca, já vem um encaminhamento do próprio ministério para que sejam adquiridos livros de produção local. Eu acredito que isso vá gerar uma qualificação dessa produção regional. É uma coisa muito recente, não dá para falar de resultados ainda, mas só em ter conseguido fazer essa mudança no pensamento do grande comprador de literatura nacional, já consideramos um sucesso.

Você acha que o centralismo dos livros didáticos no Brasil corre perigo também de não abarcar o regional?

Ah, com certeza.

E como reverter isso?

A gente já tem escutado que o crescimento da ação leitora por parte da população está começando a exigir determinados retornos. As editoras didáticas já têm algumas dificuldades de trabalhar todo o seu catálogo de livro de literatura, já está se exigindo certa qualidade, principalmente no interior. Nas escolas, existe uma dificuldade na entrada de grandes editoras em determinados assuntos, como história, geografia, porque você passa a ter escritores daquela região produzindo livros sobre a história regional, do estado, da cidade, muitas vezes por meio de editoras locais. E os livros de literatura produzidos por autores locais começam também a ter o seu espaço. No Ceará, nós temos um parque editorial muito pequeno, muito acanhado, mas temos uma produção de qualidade.

Em um país continental como o Brasil, a descentralização do parque editorial não seria uma forma ativa de fomentar as outras partes da cadeia produtiva do livro?

Pois é. E também a própria circulação. Em uma livraria como a minha, a competição com a internet é desumana, principalmente porque eu posso até querer entregar o livro para o meu cliente da forma mais rápida possível, mas são 15 dias que me separam de São Paulo. Eu tenho que buscar esse livro, passar por todo um trâmite – pedido, execução, envio, recebimento, processamento e entrega. Isso leva entre 12 e 15 dias. Mas se o consumidor pedir

pela internet, vai receber, muitas vezes, em menos tempo, porque a livraria está mais perto das editoras. Eu não acredito que a livraria vá desaparecer, o cheiro do livro, o sabor do livro dentro de uma livraria tem outro gosto. A grande preocupação é com o desaparecimento da pequena livraria, porque a pequena livraria tem um conjunto de ações sociais muito grandes. Ela está inserida na rua, geralmente nos bairros onde as grandes livrarias não têm interesse em estar. Ela também é uma formadora de leitores, e talvez seja da melhor forma, da melhor qualidade. Mas essas livrarias não estão conseguindo se manter nessa competição. E, além da descentralização da produção, quais outras políticas para isso? Outra questão é a lei do preço fixo, que eu prefiro chamar de lei do fomento do livro e da leitura. Essa lei traria alguns benefícios para o pequeno livreiro. Muitas vezes, o leitor está lá, dentro da livraria, conhecendo o livro, abrindo, tocando, mas prefere comprar em uma rede de supermercados, porque lá eles estão dividindo mais, dão mais descontos. Existe essa briga entre aquele que tem a responsabilidade da leitura, com aquele que simplesmente tem o livro como uma jogada de marketing, de propaganda do seu comércio. E o livro vai estar lá, disposto ao lado do salame, do queijo. E tudo que ele ganhar, ele pode repassar para o seu cliente, enquanto a livraria de pequeno porte não pode fazer isso. É um problema sério. A lei do preço fixo deveria ser mais discutida, tem urgência. É um mercado que não tem regulamentação nenhuma.

É pensar a livraria como um aparelho cultural, e não, simplesmente, um comércio?

Isso. No Ceará, demos entrada na Associação Nacional de Livrarias, pedindo uma discussão maior sobre as retiradas do PIS/Pasep e do Cofins, por entender que eram impostos cobrados em cima de um estabelecimento com visível ação social. O retorno do governo era justamente retirar para que ele pudesse não pagar em imposto, mas pagar em ação. Isso realmente aconteceu, mas aconteceu de forma equivocada. Apesar dos editores dizerem que o livro não aumentou o preço, ainda não conseguiram me convencer dessa conversa, o livro continua caro. Temos feito várias ações de negociação com o governo. A informação que temos é de que vão sair editais para que o pequeno livreiro possa participar, para que a ação cultural possa acontecer dentro da pequena livraria. A justificativa é que as grandes redes conseguem parcerias com o editor, levam o escritor e toda uma ação cultural para dentro da livraria, sem nenhum custo, mas o pequeno livreiro não consegue. Estamos na expectativa de que isso se torne possível, para que a gente possa movimentar

não só o escritor que frequenta a livraria no seu dia a dia, porque normalmente o pequeno livreiro é amigo de vários escritores locais, mas que também outros apareçam e se possa realmente desenvolver uma ação cultural. Essa é a única forma da livraria se manter. Se a pequena livraria fechar, ela não reabre, ela não retorna.

Além de uma bienal, desses eventos que chamam a atenção da população para o ato da leitura e da questão educacional, quais são os exercícios possíveis de fomento?

Existem vários. O Brasil está cheio de pequenas ações. Isso ficou muito visível a partir de 2005, quando se mapeou e se percebeu que o Brasil só não estava pior nos índices de leitura por conta dessas ações de voluntários. Existe um projeto no Maranhão que se chama Jegue-Livro, em que as pessoas saem lendo, no meio da rua, da praça. São ações como essa que aproximam o livro da população, mostram que o livro não é algo intocável. Na bienal você percebia que muitas crianças andavam com o bracinho para trás, como se não pudessem tocar no livro. Foi a partir daí que desenvolvi o Notinha Legal, para diminuir essa distância, acabar com essa ideia de que livro é algo que você não pode tocar, que não pode rasgar, nem molhar de suco, porque senão você perde o livro. Mas o livro também é para ser perdido e para a gente se perder nele. Uma experiência que me emocionou muito foi um analfabeto ter passado uma tarde inteira na minha livraria vendo todos os livros de cabeça para baixo! E aquilo foi me causando certa curiosidade, o que ele estava vendo que estava o encantando? E como chegar para ele e dizer que estava de cabeça para baixo? Era um adulto! Aí eu falei para ele: “Mas tu gosta de ler, né?”. E ele respondeu assim: “Eu gosto de livro! Ler, eu ainda não sei, mas eu vou aprender e vou ler livro”. Aquilo me emocionou muito, porque é o valor simbólico do livro e da leitura. Para essa população que não lê, essa é talvez a forma que eles encontram de passar de um estágio social, vamos dizer, para outro. Uma das coisas que eu mais fico com raiva é quando você só trabalha a questão da leitura a partir do texto, porque aí você exclui essa população.

O ministro da Educação Fernando Haddad chegou a falar que ficou muito impressionado em ver que crianças que tinham acesso à internet acabavam recebendo notas melhores em português e em elaboração de texto – ao contrário de todo discurso vigente de que a internet está destruindo a língua. Como você vê o impacto do digital? Quais são os perigos e as possibilidades do digital para o livro e para a leitura?

Sou pega nessa armadilha o tempo todo, porque para mim ainda é um bicho meio estranho. Está certo que a gente tem que trabalhar com ele, mas o computador não é o meu amigo do peito. Brinco que a criança, hoje, nasce com um chip, enquanto eu tremo em apertar a tecla Enter. Vejo essa máquina que para mim é estranha, mas que para a criança já faz parte da vida, como uma grande ferramenta para a leitura. É por meio dela que talvez a gente diminua as distâncias. Ler na tela ou no impresso é uma questão de escolha. Eu vou sempre preferir o impresso, mas vai haver pessoas que não. Além disso, é uma maneira de fazer uma população, que não estava mais escrevendo, escrever – mesmo numa linguagem truncada, como o uso de “vc” em vez de “você”. Fui criada no interior, onde não tinha luz nem água encanada. Nenhum escritor ia para minha cidade. Mas eu tinha os quadrinhos, dos Irmãos Metralha, da Maga Patalógica. Aquilo me deixava doida! Se essa máquina existisse naquela minha cidade, tivesse pelo menos um computador, com certeza eu teria acesso a outro tipo de leitura. É um país muito grande e eu acho que o computador vai diminuir essas distâncias. Eu não tenho medo, como também não acho que livraria vá fechar e que o livro vá deixar de existir pela existência dessa máquina. Ela é uma ferramenta que, ao ser usada, qualifica e pode aumentar leitores que, com certeza, vão terminar no livro de texto.

Para acabar, fale de um livro, de uma leitura sua que você se delicia até hoje.

Julio Verne é o responsável pela minha formação acadêmica, sou geóloga, e ele tem culpa nisso. Gosto de Viagem ao Centro da Terra, mas o livro menos conhecido dele, *Heitor Servadac*, que conta a história de pessoas que saem no rastro de um cometa, com os cálculos e aquela coisa toda, é o que mais me influenciou. Aquilo sempre me fascinou muito. Então, Julio Verne ainda é o meu escritor. Tenho praticamente todos os livros dele, inclusive uma cópia da única entrevista que ele deu a jornalistas. Aqui, acho que foi publicada na Folha de S.Paulo, há uns dez anos. Sempre tenho em mente que um dia vou ter um livro autografado por ele. Júlio Verne fez toda a diferença no meu olhar. E ele é o culpado, de forma carinhosa, pela minha escolha profissional.

Para assistir essa entrevista em vídeo:

<http://www.producaocultural.org.br/slider/mileide-flores/>